CORREIO NACIONAL

Tomaz Silva/Agência Brasil

Inpe prevê pouca chuva para Norte e Nordeste

Primavera começa com ondas de calor e baixa umidade

A primavera chega ao país nesta segunda-feira (22) trazendo possibilidade de chuvas acima da média em pontos do Centro-Oeste, do Sudeste e do litoral do Nordeste, além de chuvas abaixo da média e estiagem em áreas ao sul da Região Norte e do interior do Nordeste. As informações são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O instituto destaca que, para os próximos meses, a previsão mais recente da Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (Noaa) é de possibilidade de formação de um episódio do La Niña. "Caso ocorra esse fenômeno, deve ser de curta duração e fraca intensidade", destacou o Inpe.

O Inpe alerta ainda para a necessidade de acompanhamento das previsões e para o monitoramento de áreas de risco de alagamentos e de deslizamentos, para que sejam providenciadas ações de prevenção.

Carta por transição energética

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros 16 chefes de Estado e de governo assinaram, na segunda, uma carta conjunta em defesa da transição energética justa e equitativa. O texto destaca a urgência em acelerar a produção e o consumo de energias limpas, tendo como referência os compromissos assumidos na COP28. A divulgação do acordo ocorre em Nova York, nos Estados Unidos, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU e a realização da New York Climate Week. O documento também prepara terreno para as discussões que acontecerão na COP30, em Belém.

Edital para oferta de vagas

Instituições de ensino superior privadas que tiverem interesse em participar do processo de oferta de vagas remanescentes do FIES, Fundo de Financiamento Estudantil, para o segundo semestre deste ano, devem preencher informações sobre os cursos no período de 1º de outubro até 8 de outubro.

O procedimento deve ser realizado por meio do Sistema Informatizado do FIES, no site fiesgestao.mec.gov.br.

O edital foi publicado pelo Ministério da Educação no Diário Oficial da União nesta segunda-feira. O período para retificação do termo de participação será de 9 a 14 de outubro.

Canais vendiam falsa cura

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a empresa Telegram removeu, do aplicativo de mesmo nome, grupos e canais que divulgavam e vendiam compostos à base de dióxido de cloro como substâncias eficazes na cura de várias doenças, incluindo câncer e autismo.

Além de não ter embasamento médico e científico, o dióxido de cloro é corrosivo e pode causar danos graves à saúde, especialmente em crianças. Apesar disso, tem sido ilegalmente vendido como um suposto "medicamento milagroso" desde a pandemia de coranavírus.

Fies/2025: MEC define regras

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (22) o edital que define as regras e o cronograma para a oferta de as vagas não preenchidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pelas faculdades privadas de instituições privadas de ensino superior. As vagas remanescentes e os respectivos cursos de graduação relativos ao segundo semestre de 2025 devem ser informados pelas instituições privadas de ensino superior de 1º de outubro até às 23h59 (horário de Brasília) de 8 de outubro.

Revalida: candidatos podem recorrer

Começou nesta segunda-feira (22) e terminará na próxima sexta-feira (29), o período de recursos contra os resultados preliminares da prova prática da primeira edição do ano do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida 2025/1).

Para entrar com recurso contra a nota da prova de habilidades clínicas, o participante deverá usar o Sistema Revalida, clicar na Página do Participante e seguir as instruções apresentadas pela instituição.

SUS realiza 60% dos exames de imagem no país

Planos de saúde fazem mais exames para cada 1 mil beneficiários

Reprodução

Os dados são do Atlas da Radiologia no Brasil 2025, com base no Ministério da Saúde e ANS

O Sistema Único de Saúde respondeu por 60% dos principais exames de imagem realizados no Brasil em 2023, somando mais de 101 milhões de procedimentos. No entanto, a proporção de exames para cada 1 mil usuários mostra que o acesso é ainda maior entre as pessoas que têm plano de saúde, apesar de ter havido melhora entre 2014 e 2023.

Naquele ano, a cada 1 mil usuários do SUS, foram realizados cerca de 634,41 exames. Já no setor privado, foram aproximadamente 1.323 procedimentos custeados pelos planos para cada grupo de 1 mil beneficiários.

Os dados são do Atlas da Radiologia no Brasil 2025, elaborado pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, com base em informações oficiais do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os números englobam cinco tipo de exames: raio-x (exceto odontológico), mamografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética.

A base de usuários considerada no estudo é de 160,4 milhões de brasileiros atendidos pelo SUS e de 51,2 milhões que possuíam plano de saúde em 2023.

A partir dessa base, o Atlas calculou a razão entre os exames realizados em cada situação e a quantidade de usuários, o que chamou de densidade. Além disso, criou um Indicador de Desigualdade Público/Privado (IDPP).

A comparação anual mostra que a densidade no SUS aumentou e o IDPP caiu desde 2014 em quatro exames: raio-x, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética. Já no caso das mamografias, o movimento foi inverso entre 2014 e 2020. Nos anos seguintes, a desigualdade caiu, mas continuou maior em 2023 (3,54) do que em 2014 (3,23).

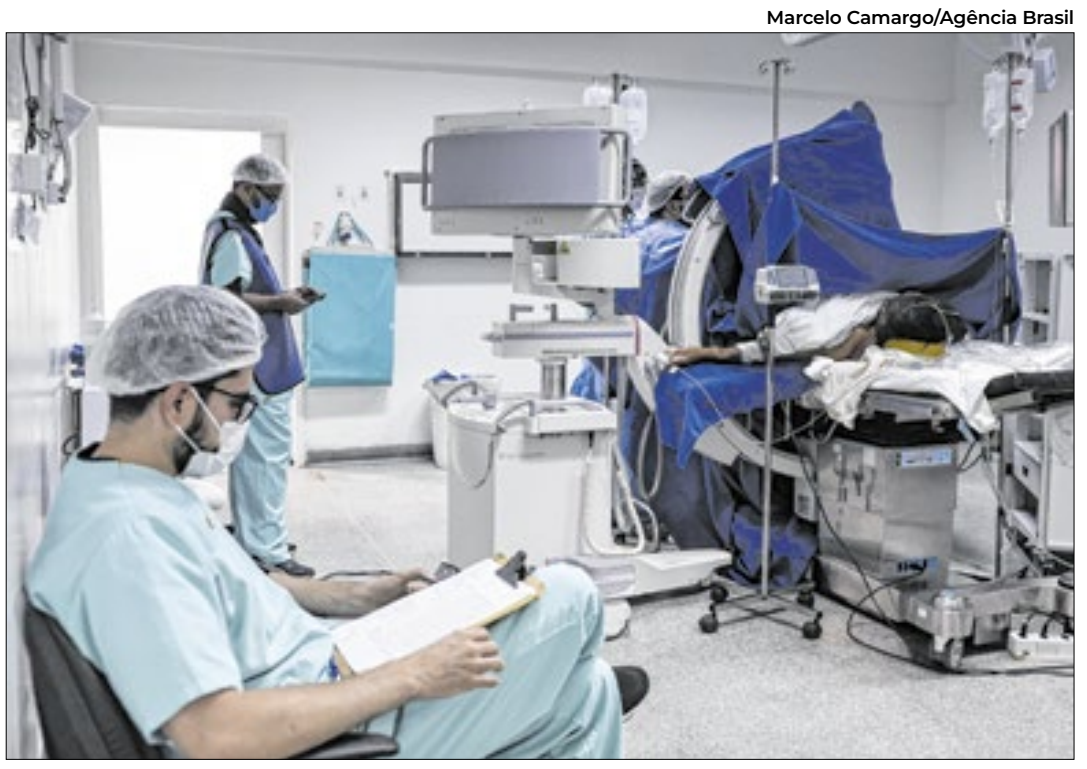
Isso significa que os usuários dos planos realizaram 3,54 vezes mais mamografias do que os do SUS. O exame é essencial para o diagnóstico do câncer de mama e deve ser realizado, inclusive, para o rastreamento da doença, mesmo quando não há sintomas.

No entanto, há divergência sobre a periodicidade recomendada. O Ministério da Saúde preconiza um exame a cada dois anos, para todas as mulheres entre 50 e 69 anos. Já o rol obrigatório da ANS garante às usuárias dos planos a mamografia de rastreio a partir dos 40 anos.

O menor IDPP, ou seja, a menor diferença entre o SUS e os planos de saúde, é encontrado no raio-x: 1,36. Já a maior desigualdade está na ressonância magnética: o exame foi realizado 13,13 vezes mais entre os beneficiários dos planos do que entre os usuários de serviços públicos.

O Atlas, no entanto, mostra que a densidade de ressonâncias no serviço público mais do que dobrou entre 2014 e 2023, saindo de 6,07 exames a cada 1 mil pessoas, para 13,80, o que fez o IDPP cair 30% no período.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Resolução que cria o PBP-PMM está publicada no DOU

Estudantes de baixa renda terão auxílio do governo

Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de medicina credenciados pelo Mais Médicos, vão ter auxílio mensal do governo federal para ajudar a custear a vida acadêmica e social para que possam permanecer estudando até a conclusão do curso.

Com esse objetivo, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa de Bolsa Permanência no âmbito do Programa Mais Médicos (PBP-PMM). A Portaria nº 655/2025 que institui o auxílio está publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (22).

O requisito básico para receber o auxílio financeiro é estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) com registro ativo e atualizado.

No caso de cursos de medicina de instituições particulares, o estudante deve ser bolsista integral, com o benefício oferecido pela própria faculdade.

Para ser elegível, ele precisa estar matriculado em um curso de medicina credenciado pelo programa Mais Médicos não pode:

ter concluído nenhum outro curso de ensino superior;

ser beneficiário do Programa Bolsa Permanência de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com matrícula ativa em curso de medicina de universidades federais;

ultrapassar a renda familiar bruta mensal por pessoa de 1,5 salário mínimo, ou seja, R$ 2.277, em 2025.

O estudante interessado em concorrer à bolsa PBP-PMM deverá se cadastrar no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP), e anexar os documentos que comprovem a renda familiar por pessoa; a matrícula ativa em curso de medicina autorizado. O acesso ao SISBP precisa ser feito com um conta do portal Gov.br. É necessário também assinar o termo de compromisso, disponibilizado no anexo II da mesma portaria.

De acordo com a portaria, a seleção dos estudantes no PBP-PMM deverá ser feita pelas instituições de ensino superior (IES).

No processo de seleção, os critérios publicados na portaria MEC estabelecem que as instituições de ensino deverão selecionar os estudantes com menor renda familiar. E dentro de cada uma das faixas de renda bruta mensal familiar per capita, a prioridade é para quem estudou o ensino médio em escolas públicas.

As universidades federais deverão priorizar os que entraram no ensino superior por cotas de vulnerabilidade social.

O PBP-PMM abrangerá alunos de cursos de medicina de universidades federais e de instituições de ensino superior privadas.

A participação no PBP-PMM deverá ser formalizada pela instituição de ensino superior mediante a assinatura de Termo de Adesão, conforme a nova legislação.

O valor da bolsa será definido pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e não será inferior ao valor de uma bolsa de iniciação científica (atualmente, em R$ 700).

Autoagressão entre adolescentes preocupa

A cada 10 minutos, pelo menos um caso de autoagressão envolvendo adolescentes com idade entre 10 e 19 anos é registrado no Brasil, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (22) pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Adotar uma postura de escuta e acolher esses adolescentes é fundamental, destaca a SBP, que pede atenção aos sinais considerados de alerta, como tristeza persistente, abandono de atividades que antes eram prazerosas e envolvimento deliberado em situações de risco.

O levantamento foi elaborado a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que reúne registros encaminhados pela rede de atenção à saúde e, em alguns municípios, por escolas e centros de assistência social.

O estudo, realizado no contexto do Setembro Amarelo, mês dedicado à prevenção do suicídio, mostra que, apenas nos últimos dois anos, a média diária de atendimentos chegou a 137 na faixa etária especificada, incluindo casos de violência autoprovocada e tentativas de suicídio.

A entidade alerta, entretanto, que os números não representam a totalidade de casos, diante da grande possibilidade de subnotificação por falhas no preenchimento ou na comunicação das ocorrências – inclusive nos atendimentos da rede privada e em ocorrências em ambiente escolar.

A SBP destaca que os registros do Sinan são compulsórios, ou seja, os profissionais que, de algum modo, atendem adolescentes nesse tipo de condição devem obrigatoriamente informar a notificação.

"Isso significa que a realidade pode ser ainda mais preocupante do que os números oficiais indicam", avaliou a SBP.